

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO SERTÃO BAIANO
SICOOB SERTÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014.

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Sertão Baiano - SICOOB SERTÃO, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 30 de maio de 1997, filiada à Cooperativa Central de Crédito da Bahia – Sicoob Central BA e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/10, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Sertão possui Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: Pintadas; Capela do Alto Alegre; Ipirá; Várzea da Roça; Itaberaba, Pé de Serra, Boa Vista do Tupim, Baixa Grande, Rui Barbosa, Utinga e Piritiba. O Sicoob Sertão tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 2012 correu a transformação do Sicoob Sertão para entidade de "Livre Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - Bacen em 12 de julho de 2012.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – Bacen, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pela Administração em 25 de agosto de 2015.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são

apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Caixa	1.277.207	807.987
Relações interfinanceiras – centralização financeira	18.932.719	20.411.263
Total	20.209.926	21.219.250

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

No exercício de 2014 a plataforma de risco de crédito do SISBR passou a ser composta por três sistemas Cálculo de Risco e Limites (CRL), Controle de Limites Sicoob (CLS) e Classificação de Operações (COP). Os sistemas atuam de forma integrada e automatizada no controle do crédito, desde a avaliação do risco do tomador até a liquidação da operação em carteira ativa, exceto o prejuízo, mantendo um controle da utilização dos limites aprovados por associado ou grupo econômico.

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Central BA, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.617/08, devem ser registrados no ativo diferido, exclusivamente, os gastos que contribuirão para o aumento do resultado de mais de um exercício social. Os saldos existentes em setembro de 2008 são mantidos até a sua efetiva realização.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 30 de junho de 2015 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2015.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2015 e 2014, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários do Sicoob Sertão estavam compostas por Títulos de Renda Fixa vinculados à prestação de garantia, referem-se a limites de cartão de crédito (Mastercard) e Recurso Obrigatório de Crédito Rural. Seus resgates são preestabelecidos na data da aplicação.

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Vinculados a prestação de garantias	206.221	244.142
Total	206.221	244.142

5. Relações interfinanceiras

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob Central BA, conforme determinado no art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/10.

6. Operações de crédito

Em 2015, foi implantada nova Plataforma de Risco de Crédito (PRC) que é composta por 3 (três) sistemas que atuarão de forma integrada para controlar o risco crédito, incluindo a avaliação do tomador da operação e o controle dos limites de crédito, conforme abaixo:

a) Cálculo de Risco e Limites (CRL): calcula e monitora o risco dos tomadores através da aplicação de questionários, balanço contábil, informações cadastrais e financeiras disponíveis no Sisbr, atribuir uma nota de classificação e limites portfolizados, dependendo do risco associado ao tomador;

b) Controle de Limites Sicoob (CLS): controla a utilização dos limites portfolizados aprovados para os tomadores no CRL;

c) Classificação de Operações (COP): atribui nota de risco às operações de crédito concedido; revisa a nota no momento da reanálise da operação, na alteração de garantias e na alteração do risco do tomador; reclassifica as operações de crédito no fechamento mensal; calcula e comanda a contabilização a provisão conforme nota de risco da operação e realiza arrasto de operações quando uma operação estiver vencida.

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Emprést. / Tít. Desc.	AD, Ch. Especial e C. garantida	Financiamentos	Financ. Rurais	Total em 30.06.2015	Provisões 30.06.2015	Total em 30.06.2014	Provisões 30.06.2014
AA	0%	Normal	1.626.813	-	-	-	1.626.813	-	31.530	-
A	0,5%	Normal	17.786.344	699.802	8.751.678	2.858.499	30.096.323	(150.482)	31.729.791	(158.649)
B	1%	Normal	16.964.927	2.794.846	4.871.479	8.703.900	33.335.152	(333.352)	23.537.899	(235.379)
B	1%	Vencidas	1.667.264	379.688	778.297	-	2.825.249	(28.252)	1.482.733	(14.827)
C	3%	Normal	1.883.394	208.392	275.339	88.510	2.455.635	(73.669)	3.176.684	(95.301)
C	3%	Vencidas	1.840.362	58.410	633.115	43.088	2.574.975	(77.249)	2.124.475	(63.734)
D	10%	Normal	369.700	116.220	70.205	34.349	590.474	(59.047)	941.043	(94.104)
D	10%	Vencidas	556.632	16.169	652.669	79.754	1.305.224	(130.522)	816.888	(81.689)
E	30%	Normal	870.763	127.033	832	5.138	1.003.766	(301.130)	492.102	(147.631)
E	30%	Vencidas	832.591	40.731	744.540	5.813	1.623.675	(487.103)	548.334	(164.500)
F	50%	Normal	75.442	30.108	2.272	-	107.822	(53.911)	217.778	(108.889)
F	50%	Vencidas	252.592	54.030	190.522	15.950	513.094	(256.547)	269.817	(134.908)
G	70%	Normal	20.980	20.450	-	-	41.430	(29.001)	201.905	(141.333)
G	70%	Vencidas	206.730	12.213	100.488	-	319.431	(223.602)	302.772	(211.940)
H	100%	Normal	184.498	244.888	49.032	34.267	512.685	(512.685)	378.234	(378.234)
H	100%	Vencidas	1.535.607	273.714	343.709	83.035	2.236.065	(2.236.065)	947.968	(947.968)
Total Normal			39.782.861	4.241.739	14.020.837	11.724.663	69.770.100	(1.513.277)	60.706.967	(1.359.521)
Total Vencido			6.891.778	834.955	3.443.340	227.640	11.397.713	(3.439.340)	6.492.985	(1.619.568)
Total Geral			46.674.639	5.076.694	17.464.177	11.952.303	81.167.813	(4.952.617)	67.199.952	(2.979.089)
Provisões			(3.034.125)	(690.353)	(982.890)	(245.251)	(4.952.619)		(2.979.089)	
Total Líquido			43.640.514	4.386.341	16.481.287	11.707.052	76.215.194		64.220.863	

b) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	8.330.081	11.871.083	14.590.638	34.791.802
Títulos Descontados	6.065	7.102	2.549	15.717
Financiamentos	419.210	85.595	-	504.805
Cheques Descontados	2.348.542	4.388.502	10.727.133	17.464.177
Financiamentos Rurais	10.280.269	1.082.046	-	11.362.315
Total	817.688	9.197.821	1.936.794	11.952.303

Obs.: Não inclui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	2015	2014
Saldo Inicial	3.267.709	1.961.012
Constituições/Reversões no período	2.474.951	1.343.227
Transferência/Reversões para Prejuízo no período	(790.041)	(325.150)
Total	4.952.619	2.979.089

d) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30.06.2015	% Carteira Total	30.06.2014	% Carteira Total
Maior Devedor	602.728	3,39	661.603	0,98
10 Maiores Devedores	253.844	1,43	3.760.361	5,59
50 Maiores Devedores	9.953.302	56,01	10.802.964	16,07

e) Créditos Baixados Como Prejuízo, Renegociados e Recuperados:

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Saldo inicial	2.492.055	1.972.296
Valor das operações transferidas no período	790.041	325.150
Valor das operações recuperadas no período	(17.338)	(213.945)
Saldo final	3.264.758	2.083.501

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Avais e Fianças Honrados	-	9.688
Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	9.688
Rendas a receber	241.484	184.748
Rendas de convênios a receber	21.234	9.680
Centralização financeira (a)	202.594	158.981
Rendas a receber da Previdência Social - INSS	6.736	8.601
Outras rendas a receber	10.920	7.486
Negociação e Intermediação de Valores	-	9.953
Devedores-Conta Liquidações pendentes	-	9.953
Diversos	243.903	227.062
Adiantamentos e antecipações salariais	27.388	25.497
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	6.419	18.042
Adiantamento por conta de imobilizações	2.994	26.572
Impostos e contribuições a compensar	831	-
Pagamentos a ressarcir	346	6.578
Títulos e créditos a receber (b)	165.684	113.089
Devedores diversos (c)	40.241	37.284
Provisão para outros créditos	(9.895)	(29.247)
Provisão para Devedores por compra de valores e bens	-	(11.364)
Provisão para outros créditos	-	(4.107)
Provisão para tarifas pendentes	(9.595)	(13.776)
Total	475.492	402.204

- (a) Estão registrados receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do Sicoob Central BA;
- (b) Estão registrados Títulos e Créditos a Receber(R\$3.500) e os valores a receber de tarifas(R\$162.184);
- (c) Em Devedores Diversos estão registrados valores de Proagro-adicional(R\$4.094), diferença de caixa(R\$1.458), pendências a regularizar(21.041) e pendências a regularizar Bancoob (R\$13.648).

8. Outros valores e bens

Em Bens Não de Uso Próprio está registrado valores de bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Outros Valores e Bens	581.822	489.478
Imóveis	581.822	425.822
Veículos	-	38.000
Bens em regime especial	-	25.656
Provisão para Devedores por compra de valores e bens	-	(25.656)
Total	581.822	463.822

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$62.889 , referentes a prêmios de seguros(R\$17.027), (contribuição sindical patronal(R\$10.673), IPTU(R\$773) e outros(R\$34.416).

9. Investimentos

O saldo é representado por aportes de capital e o recebimento de distribuição de sobras efetuadas pelo Sicoob Central BA e aquisição de ações do Bancoob e outros investimentos, conforme demonstrado:

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Cooperativa Central de Crédito da Bahia – Sicoob Central BA	3.863.537	2.846.875
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob	1.412.784	325.995
Total	5.276.321	3.172.870

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	30.06.2015	30.06.2014
Imobilizações em curso	-	-	329.284
Terrenos	-	135.000	135.000
Edificações	4%	609.221	609.221
Instalações	10%	373.989	291.035
Móveis e Equipamentos	10%	1.320.828	1.027.826
Sistema de Comunicação	10%	69.552	24.160
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.030.312	835.238
Sistemas de Segurança	10%	284.400	200.153
Sistemas de Transporte	20%	128.952	78.906
Total		3.952.253	3.530.823
Depreciação acumulada		(1.443.938)	(1.072.322)
Total		2.508.315	2.458.501

11. Diferido

Nesta rubrica registram-se os softwares adquiridos, registrados pelo custo de aquisição:

Descrição	Taxa de Amortização	30.06.2015	30.06.2014
Benfeitorias	20%	65.204	-
Programa de Computador - Software	20%	50.396	50.396
Instalação e adaptação de dependências	20%	589.181	4.182
Total		704.781	54.578
Amortização acumulada		(73.256)	(50.392)
Total		631.525	4.185

12. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa de Amortização %	2015	2014
Licenças SISBR	10	351.855	351.855
Sistema de Processamento de dados – software	10	47.995	24.198
TOTAL		399.850	376.053
Amortização acumulada		(193.844)	(153.903)
TOTAL		206.006	222.150

O valor registrado na rubrica “Intangível” refere-se em sua maioria a licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquiridas em junho de 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

13. Depósitos

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Depósito à Vista	18.323.480	14.117.349
Depósito Sob Aviso	25.788	143.811
Depósito a Prazo	38.346.186	34.154.650
Total	56.695.454	48.415.210

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

14. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades (art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/2010) e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições – Finalidade	30.06.2015	30.06.2014
Sicoob Central BA	922.310	1.048.310
Outras instituições-COGEFUR	-	11.939
Bancoob	9.831.180	8.640.458
Total até 360 dias	10.753.490	9.700.707
Sicoob Central BA	-	1.922.681
Outras instituições	-	1.651.383
Bancoob	2.225.391	3.574.065
Total acima de 360 dias	2.225.391	13.274.772
Total	12.978.881	1.048.310

15. Obrigações sociais e estatutárias

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Fates - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	306.703	147.163
Cotas de capital a pagar	79.326	55.058
Total	386.030	202.221

O Fates é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperados e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif.

16. Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias

O saldo das obrigações fiscais e previdenciárias de curto prazo é composto por tributos a serem recolhidos, conforme quadro abaixo:

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	37.766	39.592
Tributos incidentes sobre serviços prestados por terceiros	33.581	30.921
Tributos incidentes sobre folha de pagamento	127.664	95.887
Outros (a)	25.299	20.537
Total	224.310	186.937

(a) Refere-se a IRRF sobre aplicações financeiras (R\$14.880), ISS, PIS e COFINS sobre faturamento (R\$10.419).

17. Outras obrigações - Diversas

Descrição	30.06.2015	30.06.2014
Obrigações por aquisição de bens e direitos	-	2.567
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	892	901
Despesas de Pessoal (a)	537.454	443.300
Outras Despesas Administrativas (b)	342.930	372.771
Juros ao capital	334.984	791.441
Recursos vinculados a operações de crédito	10.254	10.254
Credores Diversos (c)	119.529	578.747
Cheques Descontados (d)	444.808	207.179
Total Curto Prazo	1.790.851	2.407.160
Outros passivos	-	5.177
Total Longo Prazo	-	5.177
Total geral	1.790.851	2.412.337

(a) Referem-se as provisões de férias (R\$285.211), provisão INSS sobre férias(R\$74.725), provisão FGTS sobre férias(R\$22.817), provisão PIS sobre férias(R\$2.852), 13º salário(R\$113.600), provisão INSS sobre 13º salário(R\$29.763); provisão FGTS sobre 13º salário(R\$7.543) e provisão PIS sobre 13º salário(R\$943).

(b) Refere-se a pagamentos a serem efetuados de despesas com: água/energia/gás (R\$29.770), assessoria técnica (R\$22.722), comunicações (R\$13.972), processamento de dados (R\$46.885), propaganda e publicidade (R\$461), transporte (R\$53.851), seguro (R\$91.515), compensação (R\$41.085), provisão de despesas com cartões(R\$35.243) e outras (R\$7.426);

(c) Composta por valores de pendências (R\$6.665), diferença de caixa (R\$9.620), conta transitória(R\$51), pendências no Bancoob (R\$10.666), créditos de terceiros (R\$77.715) e credores diversos - liquidação de cobrança(R\$14.812).

(d) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 30.06.2015;

18. Instrumentos financeiros

O Sicoob Sertão opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

19. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus 22.466 cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 26 de abril de 2015, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$2.679.969.

d) Destinações estatutárias e legais

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

20. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou e pagou juros ao capital, remunerando o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Carta Circular Bacen nº 2.739, artigo 3º.

21. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no primeiro semestre de 2015:

Montante das operações ativas	% em relação à carteira total
1.141.221	3,62
Montante das operações ativas	% em relação à carteira total
1.000	0,07

Operações ativas e passivas – saldo em 30/06/2015:

Operações ativas: Saldo em 30.06.2015			
Natureza da operação de crédito	Saldo da operação de crédito	PCLD (provisão para crédito de liquidação duvidosa)	% da operação de crédito em relação à carteira total
Cheque especial e conta garantida	12.098	281	0,32%
Adiantamento a depositantes	1.207	32	0,09%
Crédito rural	287.817	3.160	2,41%
Empréstimos e financiamentos	1.711.641	26.982	3,28%
Títulos Descontados	47.923	479	0,40%
Total	2.060.686	30.934	

Operações passivas: Saldo em 30.06.2015		
Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média %
4.660	0,01	90,19

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações ativas e passivas	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Cheque Especial	5,49% a 6,49 a.m	5,49% a 6,49 a.m
Conta Garantida	5,49% a 6,49 a.m	5,49% a 6,49 a.m
Desconto de Cheques	1,6% a 2,7% a.m	1,6% a 2,7% a.m
Empréstimos	1,35% a 3,3% a.m	1,35% a 3,3% a.m
Crédito Rural - RPL	1% a.a, a 6,75% a.a.	1% a.a, a 6,75% a.a.
Crédito Rural - Repasses	1% a.a, a 6,75% a.a.	1% a.a, a 6,75% a.a.
Aplicação Financeira RDC	80% a 100% do CDI	80% a 100% do CDI

No primeiro semestre de 2015, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e cédulas de presença, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários – 1º semestre 2015	
Honorários	234.167
Cédulas de presença	47.628
INSS	56.359
Total	338.154

22. Cooperativa Central de Crédito da Bahia – Sicoob Central BA

O Sicoob Sertão, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiado à Cooperativa Central de Crédito da Bahia - Sicoob Central BA, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O Sicoob Central BA é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob Central BA a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O Sicoob Sertão responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central BA perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do Sicoob Central BA, em 31 de dezembro de 2014, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 19 de fevereiro de 2015, com opinião sem modificação.

As demonstrações contábeis do Sicoob Central BA, em 30 de Junho de 2015, são auditadas por outros auditores independentes cujo trabalho de auditoria está em andamento.

23. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguro patrimonial, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização em 30 de junho de 2015.

25. Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014

Em maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (1) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (2) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (3) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (4) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A Lei tem vigência a partir do exercício de 2015. O Sicoob Confederação por meio da CCI-274/2014, com base em parecer jurídico, orientou a utilização da opção “não optante”, como a mais adequada para as cooperativas do Sistema Sicoob.

Pintadas - BA, 25 de agosto de 2015.

EDICLEY DOS SANTOS FERNANDES
DIRETOR ADMINISTRATIVO

ODILEY OLIVEIRA LIMA
DIRETOR GERAL

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/0-3